

Amu



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 30 de abril de 2025

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas 2024 -----
- 2º. Ponto - 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2025-2029 -----
- 3º. Ponto – Proposta de Revisão do Mapa de Pessoal para o ano de 2025 -----
- 4º Ponto – Designação pela Assembleia Municipal de quatro cidadãos eleitores para integração na Comissão Alargada da CPCJ -----
- 5º. Ponto – Relatório de Ponderação e Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura e Arte -----
- 6º. Ponto – Pedido de autorização de Concessão da Exploração das Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Telecomunicações, inseridas no domínio público e privado municipal, no concelho de Montemor-o-Novo -----
- 7º. Ponto – 6º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática do Castelo e Arrabalde -----
- 8º. Ponto – 6º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática de São Pedro -----
- 9º. Ponto – 6º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Avenida e Antigo Campo da Feira -----
- 10º. Ponto – Proposta de reforço de cabimento para pagamento de refeições escolares/Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – AL 2024-25 (1º. Período)---
- 11º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Ciborro – Voucher de Apoio à família -----
- 12º Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Voucher de Apoio à família -----
- 13º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Cabrela – Voucher de Apoio à família -----
- 14º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Voucher de Apoio à família -----
- 15º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Voucher de Apoio à família -----
- 16º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Voucher de Apoio à família -----

17º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Voucher de Apoio à família -----

18º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Reparação de pavimento no passeio do Loteamento de Lavre -----

19º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. do Bispo, Nª. Sra. da Vila e Silveiras – Refeições escolares/Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

20º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

21º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Refeições escolares/Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

22º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Refeições escolares/Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

23º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

24º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

25º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Aquisição e montagem de cobertura de sombra para o Parque Infantil do Jardim de Infância/Escola Primária de Cabrela -----

26º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Ana Cristina dos Santos Silva, António Joaquim da Silva Danado, António José Monteiro, Bruno Galvão em substituição de Carla Sofia Godinho Pereira, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Helder Manuel Caetano Linguça, Hugo Bombico em substituição de Paula Cristina Pinto Martins, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Lara Coxixo em substituição de Maria de Fátima Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Margarida Machado em substituição de Guilherme Tomás de Almeida Franco, Nélia do Carmo Regouga Campino, Nuno Alexandre Cardoso Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sara Isabela Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Silva em substituição de Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Vasco Manuel Picaró, Vitor Carrasco em substituição de Maria da Conceição Carneiro e Vitor Carapetudo em substituição de Sara Isabela Rebocho Bravo registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, as Senhoras Vereadoras Silvia Santos e Paula Bilro e os Senhores Vereadores António Xavier, Henrique Lopes e Gil Porto. Não participou nesta sessão a Senhora Vereadora António Pinetra. -----

Retomando a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia treze de dezembro de dois mil e vinte quatro, sendo aprovada por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia informou que ia dar início ao período antes da ordem dia. -----

Pediu a palavra a eleita Ana Silva para apresentar, em nome da bancada da CDU, um Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, o qual se transcreve de seguida: -----

“Os eleitos da Coligação Democrática Unitária (CDU) na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo expressam o seu profundo pesar pelo falecimento do Papa Francisco. -----

Um Papa que marcou a Igreja, os Católicos e outros cristãos nesta fase da história da humanidade, em que falou de paz, quando muitos gritavam por guerra. -----

Defendeu os valores da justiça social, da paz, da solidariedade e do cuidado com os mais vulneráveis, independentemente de crenças, nacionalidades ou estatuto social. Não se limitou apenas a chamar a atenção para as desigualdades, mas foi um crítico do sistema económico que as produz. -----

Num tempo em que o mundo enfrenta tantos desafios e divisões, o Papa Francisco foi um incansável construtor de pontes. Com o seu exemplo de humildade, empatia e abertura ao diálogo, mostrou que é possível defender com firmeza os próprios princípios sem nunca deixar de respeitar e valorizar os outros. Foi um farol de esperança para milhões, especialmente para aqueles que mais sofrem e que mais necessitam de amparo. -----

A sua liderança espiritual e humana permanecerá como um legado inspirador para as gerações presentes e futuras, lembrando-nos da importância da construção do caminho para a paz, do combate às desigualdades sociais, à eliminação da pobreza, por um mundo e uma vida melhor. -----

“A verdadeira força de um povo mede-se pelo cuidado que tem com os mais frágeis.” – Papa Francisco -----

Montemor-o-Novo, 30 de abril de 2025” -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra à eleita Paula Pinto que também apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco, em nome de todos os eleitos do CDS/PP e do PSD, o qual se apresenta transcrito seguidamente:

“A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão no dia 30 de abril de 2025, expressa o seu mais profundo e sentido pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, um homem de fé, coragem e imensa humanidade, cuja vida e obra marca o nosso tempo de forma profunda e inesquecível. -----

O Papa Francisco – Jorge Mario Bergoglio – foi uma voz de esperança num mundo tantas vezes marcado pela indiferença, um construtor de pontes entre povos, religiões e culturas. Com a sua simplicidade desarmante, o seu olhar compassivo e o seu

incansável apelo à justiça, tocou o coração de crentes e não crentes, levando a palavra de amor e misericórdia até aos confins do mundo. -----

A sua liderança espiritual foi muito mais do que um exercício de autoridade religiosa – foi um exemplo de entrega ao próximo, de humildade autêntica e de compromisso inabalável com os que mais sofrem. O seu testemunho de vida ensinou-nos que a verdadeira grandeza se revela nos pequenos gestos, na escuta dos outros, na defesa dos que não têm voz. -----

Num dos muitos momentos que definem a sua visão generosa e inspiradora, o Papa Francisco deixou-nos estas palavras: -----

“Substituí os medos pelos sonhos, não sejas administradores de medos, mas empreendedores de sonhos” – Papa Francisco, JMJ Lisboa 2023 -----

Neste momento de dor, mas também de profunda gratidão, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo presta homenagem a este homem bom, cuja luz continuará a brilhar através das suas palavras, do seu exemplo e do amor que espalhou pelo mundo. Endereçamos à Igreja Católica, à Santa Sé e a todos os que choram a sua partida as nossas mais sinceras condolências. -----

*Que a sua memória continue a iluminar os caminhos da humanidade. -----
Montemor-o-Novo, 30 de abril de 2025” -----*

Também o eleito João Veiga pediu a palavra para apresentar, em nome da bancada do Partido Socialista, uma Nota de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“O Partido Socialista expressa o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, líder maior da Igreja Católica e referência moral do nosso tempo. -----

O seu pontificado distinguiu-se pela incansável defesa da dignidade humana, da paz e da justiça social, sendo uma voz universal em favor dos mais vulneráveis, da solidariedade entre os povos e do diálogo entre culturas e religiões. -----

Portugal teve a honra de o acolher, guardando com emoção a memória da sua presença nas Jornadas Mundiais da Juventude, momento marcante para milhares de jovens que nele encontraram inspiração para uma vida mais fraterna e comprometida com o bem comum. -----

*Neste momento de luto, o Partido Socialista apresenta sentidas condolências à Santa Sé, à comunidade católica e a todos os que, em todo o mundo, encontram no legado do Papa Francisco um testemunho luminoso de fé, humanidade e esperança. -----
Montemor-o-Novo, 30 de abril de 2025” -----*

A Senhora Presidente da Assembleia informou que iria colocar os três documentos em simultâneo a apreciação, os quais foram aprovados por unanimidade. De seguida decorreu um minuto de silêncio em homenagem ao Santo Padre. -----

Usou da palavra a eleita Susana Picanço para apresentar, em nome da bancada da CDU, uma Saudação ao 25 de Abril e 1º. de Maio, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Saudação: Abril com a força de Maio, por um futuro melhor -----

Neste momento que comemoramos a Revolução de Abril, esse acontecimento maior da nossa história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa secular vida coletiva, o nosso pensamento dirige-se em muitas direções. -----

Amue

Ele vai ao encontro daqueles que ousaram tomar a iniciativa militar – O MFA – e, por isso, os saudamos e não esquecemos! -----

Vai ao encontro das sucessivas gerações que com a sua luta, a sua coragem, generosidade e sacrifício, alguns da própria vida, como alguns montemorenses, foram construindo durante 48 anos, debaixo da mais feroz repressão, prisões e violência, o longo e doloroso caminho que nos havia de conduzir ao Abril da Revolução, pondo fim ao regime fascista. -----

A todos os democratas e antifascistas rendemos a nossa sentida homenagem. -----

Vai ao encontro dos que transformaram aquele corajoso ato militar inicial em Revolução com a sua ação criadora e transformadora – os trabalhadores e o povo de Portugal! -----

Essa geração de homens, mulheres e jovens que unindo esforços na frutuosa aliança de Povo/MFA, garantiram a democratização da sociedade portuguesa e importantes e inolvidáveis conquistas, que produziram profundas transformações económicas, sociais, políticas e civilizacionais. -----

Transformações que moldaram e deram forma à democracia portuguesa, que a Constituição da República consagrou como projeto de realização da nossa vida coletiva. -----

Uma democracia não apenas política, com as inerentes liberdades, o pluralismo, eleições e a participação direta do povo, mas também a dimensão económica, social e cultural. -----

Dimensão económica, garantida pela propriedade social dos setores básicos e estratégicos nacionais colocados ao serviço dos trabalhadores e do povo e com a sua participação. -----

Dimensão social, com a consagração de amplos direitos laborais, individuais e coletivos, como aqueles foram conquistados no desenvolvimento do processo revolucionário, nomeadamente o direito ao emprego com direitos e a garantia e a garantia de direitos sociais universais, à saúde, à educação e à proteção social. -----

Democracia que na sua dimensão cultural, se traduzia a cada avanço do processo revolucionário no acesso das massas populares à sua fruição e no apoio à criação cultural. -----

Democracia onde tem um papel de relevo o poder local democrático. Esse poder local que expressa e assegura o direito do povo de decidir sobre os problemas das suas terras e o seu desenvolvimento. -----

Democracia que se quis ampla e densa em direitos, liberdades e garantias e qua a prolongada ação das últimas décadas de governos ao serviço dos grandes interesses económicos foi amputando, mutilando e também esvaziando, atingindo o conjunto das suas vertentes, com particular evidência e gravidade para a económica e social, onde o processo privatizador dos sectores estratégicos e da banca marcou gravemente o processo de desenvolvimento do País, com a sua entrega ao estrangeiro, pondo em causa também o nosso desenvolvimento soberano. -----

Toda uma ação anti-social e anti-laboral que promovendo a precarização das relações de trabalho, promoveu uma política de contenção e regressão do valor real dos salários e reformas e no plano das funções sociais do Estado a degradação dos serviços que as

Camilo

havia de assegurar, bem patente nos graves problemas que enfrenta o Serviço Nacional de Saúde. -----

Um processo anti-Abril que só não foi mais longe na sua ação destruidora graças a prolongada e combativa luta dos trabalhadores e das populações e, por isso, o nosso pensamento vai neste momento de celebração também para aqueles que, com a sua ação nestes últimas décadas nunca desistiram de defender Abril e as suas conquistas.-- Vai para aqueles que hoje continuam esse combate por uma vida melhor, inspirados nos nobres ideais de Abril e se empenham e trabalham para que Abril se cumpra nos seus desígnios emancipadores e libertadores. -----

E esse é o grande desafio que temos em mãos! -----

Um desafio exigente, num tempo em que se avolumam crescentes perigos de degradação da democracia pela ação das forças da direita e o seu projeto de levar mais longe o processo contra-revolucionário de reversão e anulação de Abril, mas também daqueles que não negando Abril em palavras, tomam partido e optam por uma política ao serviço dos poderosos, em prejuízo das condições de vida dos trabalhadores e do povo. -----

Por isso este é o tempo de luta! -----

Luta nas empresas e locais de trabalho, pelo aumento dos salários e dos direitos laborais! -----

Luta pelo aumento das pensões! -----

Luta pelo direito à saúde, à habitação, pelo direito das crianças e dos pais, por melhores condições de vida para todos! -----

Por tudo isso estivemos nas comemorações populares a afirmar Abril e os seus valores, tal como estaremos na grande jornada do 1º. de Maio, nesse dia internacional dos trabalhadores! -----

Este é o momento de comemoração, mas também um tempo de opções. De opções por Abril, pelos seus valores. Tempo de criar condições para a afirmação e construção de uma verdadeira alternativa à política de direita na vida nacional. -----

Uma verdadeira alternativa vinculada aos valores e ideais de Abril. -----

Valores que permanecem válidos e atuais como são: os valores da liberdade, pertença do povo e do indivíduo; da emancipação social; da natureza do Estado concebido para responder aos interesses e necessidades do povo e do país, em oposição à conceção do Estado que temos, instrumento do capital pela violência e coerção perpetuar a exploração; valores do desenvolvimento visando a melhoria da qualidade do nível de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional; os valores da independência como espaço da nossa liberdade, identidade e soberania.-----

Estes valores que Abril mostrou serem seus, como seus são os que emanam das suas grandes conquistas e realizações, que não só continuam a refletir os interesses da larga maioria dos trabalhadores e do povo, como exprimindo esses interesses têm a capacidade para guiar o nosso caminho na luta de hoje e na construção do futuro do país e da construção de uma vida de melhor para o nosso povo. -----

É convictos de que a concretização dos valores de Abril são uma necessidade objetiva para um Portugal fraterno e de progresso, que continuamos a afirmar que Abril vencerá, que Abril é mais futuro! -----

Opinião

Viva o 25 de Abril! -----

Viva o 1º de Maio! -----

Montemor-o-Novo, 30 de abril de 2025" -----

Interveio o eleito Luis Machado afirmando que uma vez que o documento diaboliza a direita de uma forma tão assertiva, não é possível à bancada do CDS/PP votar favoravelmente, pelo que o seu voto será de abstenção. -----

Na sua opinião, a liberdade não tem cor e o vinte e cinco de abril apenas foi possível porque o vinte e cinco de novembro o permitiu. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada com vinte e três votos favoráveis e cinco abstenções. -----

Pediu para intervir o eleito Rui Páscoa referindo-se aos totens à entrada das localidades. Frisou que a questão relacionada com os erros ortográficos já foi corrigida, no entanto falta resolver a recolocação dos mesmos. Relembrou que o totem colocado à saída de Fazendas do Cortiço para São Geraldo, está atrás de uma árvore de grande porte. Relativamente ao totem colocado em S. Geraldo, à saída para Ciborro é mais preocupante, porque tira a visibilidade a quem vai entrar na estrada nacional 2, pelo que, na sua opinião, devia de ser recolocado mais para o lado do Ciborro. Continuando a sua intervenção, questionando se foi verificada a situação, que mencionou na última sessão da Assembleia Municipal, respeitante às descargas realizadas na Etar de S. Geraldo, por parte do limpa-fossas. Por último, fez uma exposição de relacionada com a Estafeta do 25 de Abril, sobre questões de segurança, manifestando a sua preocupação pelo facto de ter visto atletas/crianças a contornar carrinhas de apoio ou de familiares que apenas tiravam fotos a outros atletas que corriam no mesmo percurso. Felizmente não aconteceu nada de grave, mas considera ser necessário que as situações não se voltem a repetir. -----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os totens já foram corrigidos e que as questões relacionadas com a sua recolocação terão de ser coordenadas com a empresa Infraestruturas de Portugal. -----

Relativamente às descargas efetuadas pelo limpa-fossas em S. Geraldo, o Senhor Presidente salientou que se trata de uma decisão de cariz técnico e não político. Ainda assim, irá procurar obter informações se a solução de recorrer à Etar de Montemor seria viável. Sobre a Estafeta da Liberdade, considera que estas situações deverão ser evitadas, na próxima edição, porque embora todos os pais gostem de acompanhar os seus filhos, acima de tudo tem de estar garantida a segurança. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Márcio Veríssimo o qual felicitou os eleitos, os agentes de proteção civil, os funcionários públicos e instituições que deram uma pronta resposta, no âmbito do apagão. Felizmente não houve nenhuma situação de maior gravidade e foram acauteladas as várias situações que podiam acontecer. Reconhece as razões para ter sido cancelada a sessão ordinária da Assembleia Municipal prevista para o dia 28, no entanto discorda da realização da presente sessão, convocada durante a tarde do dia de ontem. Na sua opinião, não foi uma boa decisão, até porque tem conhecimento que, devido ao incidente ocorrido no dia 28 de abril, o prazo para a realização das sessões, foi alargado até aos primeiros dias do mês de maio. Continuando no uso da palavra o

Almeida

eleito Márcio Veríssimo destacou o facto das comemorações do 25 de Abril terem decorrido na rua, o que considera ser muito importante. No entanto, lamentou que a arruada, promovida pela União dos Resistentes Anti-fascistas, que decorre na primeira hora do Dia da Liberdade continue a não constar do Programa oficial das comemorações. Ainda no uso da palavra, o eleito questionou o Senhor Presidente da Câmara por que razão ainda não foi reparado o portão principal do Cemitério de S. Francisco, que se encontra danificado há cerca de 4 meses. Sobre a Feira de Maio, perguntou se a mesma irá realizar-se, porque ainda não foi divulgado qualquer cartaz. Referindo-se ao Programa Eleitoral apresentado pelo Partido Socialista, questionou o que foi feito pelo executivo, relativamente a uma das medidas elencadas no programa para requalificar e ampliar a Zona Industrial da Adua, incluindo uma estratégia de marketing para a sua promoção. Também constava do Programa Eleitoral, no que respeita à transição digital, que seria garantida uma cobertura de internet segura em todo o concelho, bem como a dinamização de espaços de formação digital adaptado por faixas etárias, questionando o executivo sobre o que foi realizado. Alertou ainda para o estado em que se encontram as vias no concelho, quer sejam de terra ou pavimentadas. Lembrou que a Assembleia Municipal aprovou, já há algum tempo, a compra de uma máquina para esse efeito, no entanto, o mandato está quase a terminar e a máquina ainda não chegou. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, esclarecendo que não havendo qualquer indicação do contrário, as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, têm que ocorrer no mês de abril. Referiu ainda que decorreram contactos com vários municípios no sentido de aferir como estavam a fazer e foi decidido que teria lugar neste dia. Uma vez que as comunicações no concelho foram retomadas à meia-noite e meia do dia seguinte e não sendo lógico que a sessão tivesse lugar nesse próprio dia, foi tomada a decisão de se realizar no dia 30 de abril. Trata-se de uma situação anómala, com a qual ninguém contava e que veio alterar a vida de todos, uns mais que outros. Relativamente às intervenções na Sessão Solene, explicou que tem a ver com o número de votos que tem cada cor política e que todas as cores voltaram a intervir, apenas desde que o Partido Socialista está no poder, na Câmara Municipal. ---- Novamente no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara salientou que o apagão do dia 28 de abril, pelas 11:30h, surpreendeu todos, o nosso concelho, tal como todo o país, foi afetado por este corte generalizado no fornecimento de energia elétrica. Perante esta ocorrência, numa atitude pronta-resposta, o Executivo Municipal reuniu de imediato com os serviços municipais para análise da situação. Foi convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil pelas 14h50 e pelas 15h30, todos os elementos convocados estavam presencialmente reunidos. Frisou que, naturalmente, foi um dia de alguma tensão, mas todas as instituições presentes e todos os representantes das instituições souberam muito bem a sua missão, tendo sido identificadas as necessidades no território e as respetivas soluções. Foi, também, um momento de aprendizagem para todos e um momento de preparação para eventos futuros. Entretanto, já foi convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil para a próxima semana, com o objetivo de elaborar o relatório do sucedido e o planeamento de ações futuras para um evento semelhante ou pior, todos possam estar melhor preparados. --

Amu

Continuando a sua intervenção, referiu que não se conseguiu realizar a sessão da Assembleia Municipal agendada para esse dia, uma vez que muitos elementos, estavam reunidos na sala de crise, como é o caso dos eleitos com Pelouros e dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia. Informou que houve, em outros concelhos, a convocatória para a sessão da Assembleia por boca ou por SMS, para o dia seguinte. Este executivo decidiu que isso não fazia sentido e decidiu, logo que existiram comunicações, fazer a sua convocatória para 28 horas depois. Relembrou que a sua realização é obrigatória, no mês de abril, para aprovação da Prestação de Contas. Relativamente às afirmações respeitantes à Sessão Solene, referiu que durante quarenta e cinco anos também discordou do facto do Partido Socialista não ser convidado a fazer qualquer intervenção. Apenas participaram nas sessões dos 10, 20, 30 e 40 anos. Esclareceu também que apesar da porta do cemitério ainda não ter sido reparada, por entendimento da Comissão de Vistoria, ainda nenhum município deixou de poder visitar a campa dos seus entes queridos. Acrescentando que o atual está bastante facilitado em termos de mobilidade. -----

Informou que a Feira de Maio terá lugar nos dias 9 e 10 de Maio, referindo que não entende esta preocupação da bancada da CDU, porque sempre se mostrou contra a sua realização. Em resposta à questão colocada pelo eleito Márcio Veríssimo esclareceu que, como consta do Programa Eleitoral, a Zona Industrial da Adua irá ter o seu investimento em arruamentos e acessos. O respetivo procedimento será lançado brevemente, sendo um investimento de mais de 300 mil euros. Neste momento, não existem lotes para venda e está a ser preparado o seu alargamento, para a zona dos Casais da Adua. No que diz respeito à transição digital e à falta de fibra, o Senhor Presidente afirmou que não são questões da competência da Câmara Municipal. Teve lugar, recentemente um concurso nacional da ANACOM, ao qual concorreram muitas empresas, acabando por ser impugnado. Frisou que irá, entretanto, ser lançada uma outra empreitada, que trará a fibra a mais de 90% das casas do nosso território. -----

Relativamente a reparação das estradas, lembrou que o inverno foi muito complicado e com muita precipitação. Para além disso, considera que o estado de degradação que as vias apresentam, não são apenas dos últimos três anos. As intervenções não poderão avançar enquanto as estradas tiverem água, é necessário aguardar que o tempo estabilize. Estão previstas intervenções com massas frias em estradas que necessitem e está a ser preparado um procedimento para repavimentação de uma ou mais ruas em cada freguesia, um investimento que ronda os 200 mil euros. -----

Esclareceu ainda que o procedimento respeitante a máquina Patcher para pavimentação, apenas está a ser agora lançado, porque houve outras prioridades. Relembrou que o financiamento foi aprovado pela Assembleia Municipal, apesar dos votos contra dos eleitos pela CDU, e que ainda será adquirida ainda neste mandato. ---

Pediu para intervir o eleito Márcio Veríssimo evidenciando que o programa eleitoral que está a ser debatido é o programa do Partido Socialista, assim como o programa da Coligação Juntos para Fazer Diferente, não o programa eleitoral da CDU. Acrescentou que tudo o que falta fazer foi a CDU que deixou de fazer, mas também tudo o que está feito no concelho, foi obra realizada pela CDU. Na sua opinião, os montemorenses já perceberam que o Senhor Presidente da Câmara já se esqueceu das promessas feitas, durante a campanha eleitoral. Afirmou que apesar de não ser da sua competência a

colocação da fibra ótica a Câmara Municipal pode, ainda assim, pressionar as entidades competentes. -----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara reforçou que é o Estado que tem de resolver as questões da fibra. Em resposta à intervenção do eleito Márcio Veríssimo sublinhou que o executivo está a intervir como é o caso do Cineteatro Curvo Semedo e das Piscinas Recreativas. Relembrou ainda as intervenções nas escolas, como Ciborro e Cortiçadas de Lavre. Haverá tempo, quando chegar a campanha para as eleições autárquicas, para se discutir o que foi feito e o que ficou por fazer. -----

Ainda sobre a mesma temática, interveio a eleita Ana Silva afirmando que viver em democracia, é respeitar a opinião dos outros. As questões que foram colocadas pelos eleitos da CDU, ainda que não tenham importância para o Senhor Presidente, são muito importantes quer para os eleitos, quer para os montemorenses. -----

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Nélia Campino, questionando o executivo sobre o ponto de situação do concurso relacionado com a repavimentação de ruas nas freguesias. Relativamente ao episódio ocorrido no dia 28 de abril com o apagão, considera que todos fizeram o que era necessário, no entanto, a sua opinião é que as freguesias não estão dotadas de comunicações, para este tipo de situação. Uma vez que os telemóveis deixaram de funcionar, foi necessário fazer várias deslocações da cidade para as freguesias, para dar apoio à população. Assim, solicitou que a Câmara Municipal, junto da CIMAC e da Autoridade de Proteção Civil possam debater as situações, que necessitam ser melhoradas. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos para prestar outros esclarecimentos relativamente à repavimentação de ruas no concelho. No uso da palavra a eleita comunicou que, neste momento, está em fase pré-contratual, pelo que brevemente haverá informação sobre qual a empresa que irá executar as repavimentações. -----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara destacou a falta de comunicações que afetou também a cidade e que ele próprio, apesar de ser o responsável máximo da proteção civil, também ficou totalmente sem comunicações, a partir das 13 horas. As informações foram recebidas, a partir dessa hora, apenas através de um rádio a pilhas e dos bombeiros, enquanto representantes da Comissão Municipal de Proteção civil. Muitas situações terão de ser repensadas e sala de crise eventualmente terá de reunir no Quartel dos bombeiros, porque existem comunicações. Agradeceu o esforço dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia para se encontrarem soluções e ninguém ficou sem apoio. Frisou que, se eventualmente demorasse mais tempo teriam de ser acionados os meios de socorro através do Hospital de Évora, no entanto, todas as IPSS do concelho, todos os lares privados e até as próprias farmácias encontraram soluções. Apresentou igualmente um profundo agradecimento estas entidades. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, manifestou o seu agradecimento pelo apoio prestado por um técnico da autarquia, no âmbito de uma reunião com a CCDRA. No que respeita ao acontecimento do dia 28 de abril, agradeceu também o apoio, quer da Comissão de Proteção Civil, quer das demais entidades que se disponibilizaram para colaborar no auxílio à população, bem como aos funcionários

da autarquia e até das Juntas de Freguesia. Continuando a sua intervenção, lembrou uma questão colocada, em novembro de 2023, numa visita a Cortiçadas de Lavre, relacionada com uma linha de água existente perto da Rua Direita, em que a arborização tem vindo a crescer, causando inundações em pelo menos duas ou três habitações. Posteriormente à visita, esteve presente no local um técnico do município e também a Senhora Vereadora Silvia, mas que ainda não houve qualquer intervenção. Decorrido mais um ano, as habitações voltaram a ficar inundadas, por três vezes, e ainda não foi resolvido. Foi questionado em certa altura que talvez a responsabilidade da limpeza da linha de água seria dos proprietários, concluindo-se que, segundo a CCDRA e a APA, cabe à autarquia a limpeza de linhas de água, no perímetro urbano. Assim, solicitou ao executivo que tome medidas, com a brevidade possível, para que estas inundações não se voltem a repetir. Ainda no uso da palavra, questionou também sobre a colocação de lombas, na Rua Feliciano Lopes Galvão e na Rua das Cortiçadas de Lavre, em Cortiçadas de Lavre, uma vez que teve conhecimento que já foram adquiridas. Caso a Câmara Municipal não avance com a colocação, terá de ser a União de Freguesias a fazê-lo, porque é uma situação urgente, por forma a diminuir a velocidade da circulação naquelas vias. -----

Relativamente às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara explicou que, no que concerne à linha de água, os serviços municipais, informaram que a mesma atravessa terrenos particulares aos quais o município não tem acesso e que os proprietários ainda não criaram condições para isso. Solicitou a colaboração da União de Freguesias para interpelar os particulares no sentido do município poder aceder à linha de água. Lembrou que foi criado, em 2024, o Plano River, para limpeza das linhas de água urbanas, tendo sido já identificadas muitas linhas de água. Relativamente às lombas, informou que se aguarda a entrega do material em falta para se proceder à sua colocação. -----

De seguida, interveio o eleito Joel Pedreirinho referindo que, neste momento, o castelo não reúne condições para ser visitado, uma vez que possui no seu interior ervas com dois metros de altura. Destacou ainda o facto das fontes existentes no Parque Urbano estarem vazias, há vários anos, questionando se estão avariadas ou se o propósito é a poupança de água. O eleito Joel Pedreirinho questionou ainda o executivo, no âmbito da inspeção técnica à sanca do Cineteatro Curvo Semedo, se já existe algum relatório com as conclusões retiradas e algum plano para a sua reabilitação. Quanto à obra da Escola Básica nº1, perguntou como se encontra este processo. -----

Ainda sobre o tema em discussão, pediu para intervir o eleito João Veiga afirmando que visitou recentemente o castelo e que é possível fazê-lo e que estavam muitos turistas no recinto. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Divisão de Serviços Urbanos irá fazer uma intervenção no castelo, lembrando que neste momento e após a legalização da aplicação de fitofármacos, a cidade já não tem problemas com ervas, como tinha a alguns anos atrás. Informou ainda que as fontes se encontram sem água a circular propositadamente. Sobre a intervenção no Cineteatro Curvo Semedo, explicou que está a ser averiguado, neste momento, o estado do sanca e o tipo de intervenção para solucionar o problema. Tem conhecimento de que não há perigo de

queda da sanca, tem pequenas rachas que irão ser protegidas, será depois pintada, prevendo-se que fique terminada no dia catorze de maio, próximo. Tratam-se de intervenções complexas num edifício que tem mais de 60 anos. Relativamente à Escola Básica nº1, destacou que o projeto que reúne o que falta fazer naquela obra será discutido em reunião de câmara brevemente. O executivo pretende lançar a empreitada, ainda neste mandato, com candidatura do PT 2030, no âmbito das escolas, no âmbito da CIMAC, com financiamento de cerca de quase 700 mil euros. -----

Interveio o eleito Luis Machado para afirmar que, na sua opinião, as sessões da Assembleia Municipal, desde 2017, eram ricas em debate e que a força política que geria a mesa, fazia-o de uma forma diferente das atuais sessões. Neste momento, a gestão feita pela atual mesa da Assembleia e pela Senhora Presidente para além de não simplificar o debate, ainda permite que existam espaços de pouca urbanidade, mostrando a sua preocupação. Considera que a Sra. Presidente, atendendo à sua posição pública, deveria estar disponível para aceitar de forma mais assertiva as diferentes opiniões. Relativamente à questão da fibra, considera que se trata de uma questão pertinente, plasmada no programa eleitoral do PS, mas que este tipo de expansão terá custos avultadíssimos. Como sugestão, acrescentou que existem alternativas relativamente à internet fixa e à rede móvel, mas é necessário haver mesmo o reforço de cobertura em várias localidades do concelho, para se obter uma melhor cobertura a nível de rede móvel. Questionou o executivo se desenvolveu alguma pressão relativamente a esta dificuldade. -----

Reportando-se ao problema que decorreu com a internet nos serviços municipais, questionou se já se percebeu qual a causa e se já existe alguma solução. Relativamente à dificuldade de comunicação em situações de crise, o eleito sugeriu que em caso de necessidade futuramente possa ser utilizado o sistema via satélite, com bateria própria ou com uma UPS de apoio, por forma a que possa ser utilizado nas salas de crise e não fiquem sem comunicações. -----

Relativamente à Feira de Maio e sabendo que o Município é apenas parceiro no evento, perguntou quando terá início a sua divulgação. Sobre o apagão, e havendo já muitas informações aqui partilhadas, o eleito pediu esclarecimentos se os procedimentos que estavam ponderados funcionaram na sua plenitude ou se existem melhorias consideráveis a desenvolver. Perguntou ainda se foi reportado algum dano considerável. Sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico pediu informação sobre as conclusões do referido projeto. Continuando no uso da palavra, perguntou se existem dados concretos relativamente à utilização do projeto Morbike. A terminar a sua intervenção, questionou o executivo sobre qual o ponto de situação do concurso público para a requalificação do Convento da Saudação. -----

Para dar resposta às questões, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que, relativamente à fibra, o município conseguiu com o seu esforço para trazer a Montemor-o-Novo o Senhor Presidente da ANACOM a apresentar um estudo sobre as redes móveis no Concelho, explicando também o lançamento do concurso público que foi feito. Este concurso público, tinha por objetivo levar a fibra a mais de 90% das habitações de todo o território nacional. Foi lançado e foi ganho no concelho pela DS Telecom, no entanto foi impugnado e neste momento encontra-se nessa situação. Na sua opinião, nem a NOS, Vodafone ou DIGI tem interesse em investir no

Amme

concelho uma vez que decorre o referido concurso. Assim sendo, resta aguardar a resolução do mesmo, desejando que seja para breve. Informou ainda que será colocada, junto ao Parque Desportivo Municipal, uma antena da MEO, que trará melhorias aos seus cliente. Os serviços do município já se encontram independentes do anel de comunicação com a CIMAC, infelizmente a Startup ainda continua ligada, tendo recentemente ocorridos problemas com vários dias sem comunicações, sem e-mails e sem serviços de gestão documental. Está, em fase de análise, uma solução para que a Startup também esteja independente, através de uma solução de satélite, localizada para a Startup, através do sistema Startlink. Continuando no uso da palavra, o Senhor Presidente afirmou que a Feira de Maio, não é responsabilidade da Câmara Municipal, é uma organização da APORMOR, que irá ser apresentada para a ratificação em reunião de Câmara Municipal e será divulgada através das redes sociais do município, brevemente. -----

Destacou que os procedimentos relativamente ao apagão funcionaram, em 40 minutos foi possível reunir presencialmente a Comissão Municipal de Proteção Civil, a qual tem um espectro muito alargado, em todo o território, em muitas instituições, havendo situações que correram menos bem, mas a grande maioria correu pelo melhor. Houve uma grande interação e uma grande confiança das pessoas umas nas outras. Não tem conhecimento de danos causados, apenas um ligeiro acidente, sem qualquer ligação ao acontecimento. As conclusões do apagão surgirão após a reunião do Conselho Municipal de Proteção Civil, agendada para a próxima semana. -----

No que respeita ao Plano Estratégico Desenvolvimento Económico, ainda não existem conclusões e uma vez que o Executivo não está satisfeito com o projeto apresentado, as conclusões não serão apreciadas, nem pelos eleitos da Câmara Municipal, nem pelos eleitos da Assembleia Municipal. No âmbito do projeto Morbike, elencou que existem cerca de 475 utilizadores registados e 1893 viagens efetuadas, perfazendo o total de 2127 km percorridos e 220 kg de CO² poupados. Na sua opinião, a partir da Primavera, com a melhoria das condições atmosféricas, a utilização deverá ser bem maior, de realçar a urbanidade das pessoas na utilização das bicicletas, porque têm sido muito bem cuidadas. -----

No que diz respeito à empreitada do Convento de Saudação, e de acordo com as orientações do Instituto do Património Cultural, informou que foi feita uma reprogramação da empreitada, tendo sido faseados os trabalhos, por forma a permitir a sua execução, no âmbito do PRR. -----

O concurso do Convento da Saudação foi apresentado e aprovado, em reunião de Câmara, a empreitada que será dividida em dois momentos. Foi aprovado o lançamento do concurso público, que por ser abaixo dos 5 milhões de euros, deixa de ser concurso público internacional e será lançado no próximo dia 2 de maio. Nesta primeira fase, está contemplada a reativação de áreas dinamizadas pelo Espaço do Tempo, o piso 2, o nível de entrada do edifício, o piso 3 e ainda o piso 4, a antiga enfermaria à ala norte do claustro e as alas das salas Montemor e Monfurado. Nesta empreitada será ainda realizada a obra de recuperação dos telhados, das fachadas e também a renovação de todos os vãos exteriores. O projeto já tem parecer favorável condicionado, do Património Cultural IP e serão intervencionados cerca de 40% da totalidade do edifício, com uma estimativa orçamental de 3.428.615,71 euros,

Amu

financiada a 100%, através do PRR. Disse ainda que aguarda que existam concorrentes e que sejam os adequados para levar a cabo a empreitada de forma a ser executada a tempo do município ser ressarcido do respetivo valor. -----

Interveio o eleito João Veiga para assinalar o facto de Montemor-o-Novo já ter um serviço de transporte urbano de passageiros, o Morbus. Trata-se de uma resposta concreta a uma antiga reivindicação da população, inserida na estratégia de mobilidade urbana sustentável do município. Vai ainda permitir melhorar a mobilidade dentro da cidade, facilitar o acesso a serviços públicos, escolas e comércio e contribuir para a redução da circulação automóvel num claro esforço de adaptação às alterações climáticas. Acrescentou que apesar de ainda não dar resposta a todas as situações individuais, nem ultrapassar os limites definidos, no âmbito do financiamento pela CIMAC. Ainda assim, poderá ser ajustado sempre que necessário. Os eleitos pela bancada do PS parabenizam o executivo pela concretização deste projeto. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado referindo que, na sua opinião, no dia 28 de abril, e de acordo com as contingências e com a preparação que existia para uma situação desta natureza, correu tudo muito bem. Destacou que houve coordenação, houve capacidade, junção de vontades e junção de respostas, sendo isso o mais importante. A Comissão Municipal de Proteção Civil reunida de emergência respondeu de imediato às necessidades do concelho e quando os elementos deixaram a sala de crise, perto da uma da manhã, todos tinham o sentimento de dever cumprido. Relativamente às comunicações apenas estavam a funcionar as redes fixas antigas de cobre (rede redis), porque todas aquelas que funcionavam por rede GSM ou por rede de fibra, entraram em colapso. Outra das questões que se verificou foi a incapacidade de geradores, junto, por exemplo, dos abastecimentos de combustíveis, considerando essa situação bastante estranha esta situação. A única bomba de combustível que estava a funcionar era na autoestrada. Relatou ainda uma outra dificuldade que foi a obtenção de informação sobre quem estava em casa a utilizar o CIPAP e com oxigénio porque toda essa informação apenas em sistema, o processo foi bater de porta em porta. Na sala de crise, foram marcados três pontos de reunião, pelas 15:30 horas; 19 horas e 23 horas, com o objetivo de fazer o ponto de situação dos apoios. Reconheceu também a necessidade de haver mais calma porque ocorreram algumas situações menos bonitas de açambarcamento. Em caso de necessidade, cabe à Proteção Civil e depois distribuir os mantimentos que houver. ----- Manifestou o seu agradecimento por toda a disponibilidade e o trabalho conjunto também de todos os funcionários, quer seja do município, proteção civil e juntas de freguesia que estiveram no terreno a dar resposta às necessidades. Continuando a sua intervenção questionou o executivo sobre um pedido feito em 2022, em que foi solicitada a elaboração de um texto para ser divulgado na Revista do Município, no entanto, até a data de hoje esse texto ainda não foi publicado. -----

Relembrou que é o programa eleitoral do Partido Socialista e da Coligação PSD/CDS, que em conjunto, estão a governar Montemor, cabendo à oposição, fazer o controle de execução daquilo que foram as promessas eleitorais e questionar porque não foram cumpridas. Reforçou que essa é a sua função enquanto membro da oposição e

enquanto eleito local. Sublinhou que uma das questões que constava do programa eleitoral tinha a ver com a remoção do amianto da escola EB2,3 de S. João de Deus, perguntando o ponto de situação. Manifestou ainda a sua indignação relativamente a uma intervenção em reunião de Câmara Municipal sobre a atuação da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Silveiras, no espaço urbano da Quinta da Nora. Sublinhou que tal como a Câmara Municipal também a União de Freguesias tem dificuldades no corte de ervas. Recentemente, logo que as condições atmosféricas o permitiram, foram executados vários cortes de ervas. Não é fácil gerir aquele espaço, porque os funcionários tinham feito a pintura e no dia seguinte estava todo grafitado. As manutenções na área urbana, implicam trabalhos redobrados. Na sequência das afirmações do Senhor Presidente, na referida reunião, foram questionados os funcionários, que esclareceram ter andado cerca de 15 dias, a cortar as ervas naquele espaço. Afirmou ainda que foi feita uma proposta à Câmara Municipal, nomeadamente quanto aos bancos, no âmbito imobiliário urbano, existente pela cidade, que estão de facto inqualificáveis, para substituição da madeira, por um tipo especial de fibra, que necessita de uma menor manutenção, no entanto a Câmara Municipal considerou os valores elevados. -- Terminou a sua intervenção referindo que os eleitos não estão a solicitar estes esclarecimentos apenas porque a gestão é do Partido Socialista e a CDU é agora oposição, o objetivo é chamar a atenção para questões que consideram que podiam ser feitas de forma diferente, mas também para esclarecimento dos eleitos e da população. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, concordando com as afirmações do Senhor Presidente da União de Freguesias, quando referiu que no dia 28 de abril, aquando do apagão, tudo correu pelo melhor, no entanto existem questões a analisar na reunião agendada para a próxima semana. Quanto ao Boletim Municipal esclareceu que esse boletim não foi editado, nem com o executivo, nem com os textos enviados pela oposição. Relembrou, no entanto, que, apesar disso nos últimos quatro anos, este executivo sempre manteve a total transparência democrática, com todas as reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal a serem a serem transmitidas, para memória futura, contrariamente ao que acontecia na anterior gestão. No que diz respeito à remoção do amianto da Escola Básica EB 2,3, referiu que o executivo ainda não obteve o apoio necessário, o que apenas irá acontecer quando a escola for intervencionada através de uma linha do Banco Europeu de Investimento, financiada pelo Estado. Frisou que o amianto existente não é perigoso para a saúde das pessoas, só quando é mexido. Continuando a sua intervenção referiu que, no que diz respeito à manutenção de espaços públicos contratualizados com o município de Montemor-o-Novo, o município tem uma parceria com a Marca, responsável por este projeto e com base num inquérito realizado à população, concretamente a 200 pessoas, sendo que a palavra mais citada relativamente àquele espaço foi de abandono. Reforçou que se trata de uma zona nova na cidade com população jovem, com muito potencial e que a palavra mais citada sobre o espaço foi abandono. Foi a Marca, e muito bem, como a entidade que propôs a intervenção, realizou os inquéritos e se disponibilizou para ajudar a requalificar o espaço. -----

Tomou a palavra o eleito Jaime Oliveira para se referir a uma situação na receção da Escola Conde Ferreira, solicitando que possa ser melhorado o conforto térmico do espaço do átrio. Reportou-se também ao facto de que no Centro Escolar existirem muitas dificuldades de acesso à internet. Ainda no âmbito dos estabelecimentos escolares, referiu que é urgente criar condições na escola básica nº3, porque apesar de ser uma situação provisória, ainda poderá ter de ser utilizada por algum tempo atendendo à situação da EB nº1. Referindo-se ao apagão, na sua opinião, nem tudo correu bem, e que todos, instituições, forças de segurança e toda a população em geral, deve fazer uma autoavaliação a si próprio. Foi possível sempre realizar comunicações, quer com os bombeiros quer com o Hospital de S. João de Deus, dizendo que é muito importante contar com o apoio de alguém, sozinhos não somos nada. Destacou ainda que o Hospital de Évora passou sérias dificuldades e que, por falta de comunicações, muitos de nós não se aperceberam disso. Ainda no uso da palavra, chamou a atenção para o estado do pavimento que se encontra muito perigoso, na Avenida Gago Coutinho, junto ao Banco BCP, que apesar de não ser competência do Município, este poderá sempre alertar as Infraestruturas de Portugal para a questão. Questionou ainda o executivo se recebeu alguma resposta relativamente à instalação da CIV em Montemor-o-Novo. -----

Foi o Senhor Presidente que tomou de novo a palavra referindo que a questão reportada da Escola Conde Ferreira será avaliada pelos serviços. Relativamente ao centro escolar, esclareceu que as dificuldades de internet estão relacionadas com o anel ligado à CIMAC, que terá de ser desligado e ser encontrada uma outra solução. Informou que está a ser trabalhada uma solução de cobertura a instalar nas traseiras da escola Básica nº3, semelhante àquela que está na EB 2,3 e que foi adquirida pelo Agrupamento de escolas e complementada com o piso suportado pelo Município. Para além disso, o senhor Presidente da Câmara prestou ainda informação sobre diversas intervenções, realizadas durante o período das férias da Páscoa. Inicialmente esta escola foi projetada como provisória, no entanto com o crescente número de alunos e com mais famílias a residirem em Montemor-o-Novo, será definitiva. -----

O Senhor Presidente da Câmara frisou que a preocupação com o Hospital de Évora, está relacionada com facto de ficar dependente de um gerador a gastar 1.100 litros de gasóleo por hora, o que é realmente assustador. A questão do pavimento junto ao Banco BCP já foi reportada às Infraestruturas de Portugal, já há algum tempo. Quanto à instalação da CIV, afirmou que até momento ainda não obteve qualquer resposta e com a instabilidade política existente, na sua opinião, nada será comunicado nos próximos meses. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para informar que seguidamente dava a palavra ao público, não havendo nenhum pedido para uso da palavra. -----

De imediato, deu-se início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas 2024 -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara agradecendo a presença das técnicas da autarquia, Doutora Susana Curto e a Doutora Elisabete Frade, que estão disponíveis para o esclarecimento de todas as dúvidas dos eleitos. Agradeceu ainda o trabalho da técnica Maria João Bilro, neste Fecho de Contas e na elaboração de Relatório e demais

ok

implicados no mesmo, na Divisão da Administração Geral e Financeira, assim como ao Dr. Jorge Pinto da POCAL- Alentejo e à equipa de Revisores Oficiais de Contas. Informou que se encontra também presente, para o eventual esclarecimento de dúvidas o Doutor Luis Engenheiro. -----

Iniciou a apresentação do documento referindo que o ano 2024 teve um orçamento inicial de 29.950.000 euros, teve 36 alterações orçamentais, das quais 33 permutativas e 3 modificativas, totalizando o orçamento final de 33.263.000€. O grau de execução da receita foi de 93,67%, que em 2023 tinha sido 90,67%. Sendo assim, o maior grau de execução da receita, pelo menos dos últimos oito anos. A execução da despesa foi de 77,39%, que em 2023, tinha sido de 79,70. O saldo da conta de gerência de 2024 a integrar em 2025, que já foi aplicado em fevereiro foi de 5.641.858,39€. Relativamente ao equilíbrio orçamental, destacou o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental com um excedente superior a 425 mil euros. O endividamento municipal, cumprindo todas as regras legais em vigor, a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo a 31 de dezembro de 2024 foi de 13.688.484 euros. -----

Da análise da demonstração dos resultados de 2024, verifica-se que o maior impacto nos gastos foi registado pelo aumento em gastos com pessoal. Este acréscimo está justificado pelo aumento do salário mínimo nacional de 760 a 820€ e também o aumento do número de trabalhadores na Câmara Municipal. Acrescem a estes gastos, os valores das transferências, dos subsídios concedidos (420.568 euros) e prestações sociais. Neste aumento das prestações sociais, está incluído o custo de aplicação do Tarifário Social da Água no concelho, que foi em 2024 de 230.324 euros. Em contrapartida, nos gastos pode-se observar uma redução de 443.274,25 euros em outros gastos e perdas. Nos fornecimentos e serviços externos, verificou-se um aumento em 2024 de 201.109,14 euros. Na parte dos rendimentos, ou seja, da receita, verificou-se o maior impacto nas transferências e subsídios obtidos por via das transferências do Orçamento de Estado, havendo uma diminuição dos impostos, contribuições e taxas que tiveram essa redução, por opção do Executivo que foram delineadas para o orçamento de 2024. -----

De seguida o Senhor Presidente fez a apresentação da Nota de Abertura do Executivo, integrada no documento: -----

“Em 2024, o município de Montemor-o-Novo manteve os projetos em curso e avançou com outras prioridades estratégicas do mandato, evidenciando uma reflexão e estratégia bem definidas pela gestão municipal. O ano ficou marcado por um conjunto significativo de ações e investimentos que demonstram o compromisso do município de Montemor-o-Novo com o desenvolvimento sustentável, a coesão social, a valorização do território e a promoção da qualidade de vida dos seus cidadãos. -----

Destacamos, desde logo, a expressiva acumulação dos 50 anos de 25 de Abril, que mobilizou a comunidade local, juntas com as freguesias e associações, a comunidade educativa, através de um programa diversificado de atividades culturais, desportivas, visitas, homenagens e debates. Esta celebração reforçou os valores democráticos e a participação ativa da população. A nível fiscal, foi mantida uma política de apoio à economia local, com a aplicação de taxa reduzida de rama para pequenas e microempresas. Traduziu-se num benefício estimado para as mesmas de cerca de 160 mil euros. Também a redução na comparticipação do IRS de 5% para 3% possibilitou

Carne

poupanças de cerca de 300 mil euros aos montemorenses, que puderam assim investir esta verba na economia local. No plano turístico e cultural, sublinhamos o regresso da Feira Medieval ao Castelo de Monte Moro Novo, um evento que atraiu mais de 10 mil visitantes e contribuiu para a dinamização económica e cultural do concelho, a procura pelo nosso território é crescente e registámos um aumento de 28% nos atendimentos turísticos. Em matéria de habitação, o município submeteu candidaturas no âmbito do programa do primeiro direito com vista à reabilitação de 17 focos, num investimento de cerca de 1.400.000 euros cujos os primeiros contratos foram celebrados e as obras iniciadas. A cultura assumiu novamente o papel central, com a inauguração do Centro Interpretativo de Levantado do Chão, José Saramago e Montemor-Novo, e a exposição Lavre, um dos quatro pontos cardeais de José Saramago. O roteiro literário de Lentado do Chão foi novamente reconhecido a nível nacional. No contexto da descentralização, reforçámos a nossa intervenção nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social, destacando-se a atribuição de 109 bolsas de estudo para o ensino superior, a inauguração da nova unidade de saúde de São Cristóvão e o acompanhamento de 269 famílias, através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo. O setor dos transportes e infraestruturas beneficiou de um forte investimento, com a melhoria da rede viária em 11 arruamentos, no Concelho, com a aquisição de novas viaturas para transporte escolar e a renovação da frota operacional, tudo num investimento, em termos de aquisição de novas viaturas e material de frota operacional, um investimento superior a um milhão de euros. Na área da mobilidade urbana sustentável foi implementado o sistema de bicicletas públicas Morbike e continuado o projeto piloto MorBus, promovendo alternativas mais sustentáveis de transporte. Em paralelo, foi aprovada a Estratégia Ambiental de Montemor-no-Houve, com mais de 500 contribuições públicas e que alteraram o projeto inicial desta estratégia, e também foi aprovado o Plano River para valorização da rede hidrográfica. O município foi ainda distinguido com o selo de qualidade exemplar da Água para o Consumo Humano. Foi uma das 83 entidades em 211 distinguidas. Este selo de qualidade exemplar da Água para o Consumo Humano não era recebido por Montemor-Novo desde 2017. Foi recebido por Montemor-Novo desde 2017. Foi recebido no ano 2024. Também no plano ambiental foi aprovado o plano de ação para os resíduos urbanos 2030. No desporto destacamos a requalificação do estádio 1º de maio, incluindo novos relvados, bancada e balneários, no apoio municipal a um investimento superior a 350 mil euros. Na proteção civil mantivemos o apoio às IPSS em matéria de segurança contra incêndios a edifícios, reforçamos a segurança em eventos de massas e comprometemos um apoio de mais de 500 mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-Novo. Por isso, 2024 foi um ano de grande dinamismo e investimento em diversas frentes, que refletiu uma estratégia municipal assente na proximidade, na sustentabilidade, na inovação e coesão social. -----

Agradecemos a todos os parceiros, entidades e cidadãos, a todos os trabalhadores da autarquia que contribuíram para os avanços registados, certos, cada vez mais certos, que só com um trabalho conjunto e empenhado é possível continuar a construir um Conselho mais justo, moderno e inclusivo.” -----

Chama

Terminou a sua intervenção referindo estar disponível para todos os esclarecimentos necessários. -----

Pediu a palavra a eleita Ana Silva sugerindo que se possa fazer a apreciação e votação da proposta de prestação de contas, do exercício 2024, com exceção do saldo de gerência que já se encontra aprovado. Continuando a sua intervenção parabenizou os técnicos pelo trabalho realizado e pelo esforço para conseguirem cumprir os prazos. De seguida referiu que, a certificação de contas, à semelhança do ano passado, apresenta a questão das reservas, justificada pelo facto de, no âmbito da transferência de competências, a escola EB 2,3 não aparece valorizada. Uma vez que já decorreram dois anos, questionou se o município já fez algum esforço junto do Ministério da Educação, para resolver esta situação. -----

Referindo-se ao balanço questionou qual a explicação para o grande aumento das dívidas aos fornecedores, assim como das outras contas a pagar. Relativamente aos fornecimentos e serviços, o relatório menciona que houve um aumento devido aos gastos com pessoal. Questionou que apesar do ordenado mínimo, existem referências a outros aumentos, pelo que solicitou esclarecimentos, quanto a isso. Relativamente à transferência de competências, questionou qual a razão para que apenas num ano foi gasto 265 000 euros do orçamento municipal. Foram recebidos das transferências de competências da educação o valor de 1.677.000 euros e foram gastos cerca de 1.943.000 euros. Na ação social aconteceu o contrário, sobrando 56 mil euros. Questionou a razão desse facto. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente esclarecendo que, tendo em conta a certificação legal de contas e a opinião dos serviços, considera que os procedimentos são os corretos, pelo que não vê necessidade de separar o que está aprovado. Também partilha da opinião de que os técnicos do município estão mesmo de parabéns, assim como quem acompanhou todo este trabalho. -----

Sobre a questão colocada relativamente à valorização da Escola EB 2,3, aguarda-se a decisão do Estado para que sejam as câmaras a avaliar o património ou a integrarem no ativo do município. Destacou que no reporte da transferência de competência já estão concluídos os anos de 2022, 2023 e 2024. No que diz respeito às dívidas com fornecedores, no orçamento de 2024, tiveram uma execução de 31.403.438 euros e 9 cêntimos. O município não tem pagamentos em atraso, neste momento, no ano de 2024, os pagamentos foram a 31 dias. Realçou ainda que a dívida orçamental da Câmara Municipal de Montemor-Novo, no final do ano, foi 5.237.405 euros. -----

A demonstração de resultados apresenta uma diminuição de impostos, salientando a diminuição no IMI, no IUC, no IMT e da Derrama. Destacou que os gastos com o pessoal aumentaram por causa do aumento do salário mínimo nacional, mas também porque foi opção deste executivo colocar mais funcionários em alguns serviços. Esclareceu que os valores das prestações sociais são calculados pela DGAL. No que diz respeito à transferência de competências, o ano de 2024 teve um déficit na educação de 265 mil euros, na saúde houve um déficit de apenas 10 mil euros e na ação social houve um superavit de 56 mil euros. Fazendo a análise dos anos transatos, nos anos de 2022 e 2023 houve, na educação, um déficit, nos dois anos, de 134.311 euros, na saúde ocorreu um superavit, nos dois anos de 93.325,72 e na ação social um superavit de 99.161,60. Assim sendo, nos três anos, no conjunto das três transferências de

Quimpo

competências, o déficit totalizou 161.630,06. Por ano, o município teve cerca de 53 mil euros de déficit na transferência de competências. Na sua opinião e tendo em conta a situação de muitos municípios pelo país a situação não é preocupante. Continuando a sua intervenção referiu que será preocupante se para o ano o município voltar a ter um déficit na educação de mais de 265 mil euros. O executivo com pelouros considera aceitável este valor, tendo em conta as melhorias que aconteceram na educação, na saúde e na ação social. Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Doutora Susana Curto para outros esclarecimentos. -----

Tomou a palavra a Doutora Susana Curto agradecendo as palavras da eleita Ana Silva. De seguida salientou que, relativamente às dívidas a terceiros, houve o aumento entre 2023 e 2024, de facto, refletindo o aumento do nosso orçamento municipal. Neste momento, o município faz, por mês, uma média de 2 milhões de euros de pagamentos. Relativamente às outras contas a pagar, o aumento deve-se ao adiantamento recebido respeitante à empreitada do Castelo, porque já foram adiantados cerca de 1,4 milhão e 75 mil euros. Este valor está refletido no nosso balanço e também está refletido no cálculo do endividamento. -----

Relativamente às prestações sociais, explicou que o município reporta a DGAL, quem é que são as pessoas que têm contratos de água, posteriormente a DGAL cruza os dados com a Autoridade Tributária para obter os seus rendimentos, quais os rendimentos dessas pessoas. Posteriormente o município é informado quem terá direito à prestação social. Relativamente às transferências de competências, esclareceu que o reporte da despesa, à DGAL, apenas acontece no momento do pagamento, por isso em 2024 ainda foram realizados pagamentos de despesas de 2023. Em 2025, o município fez o pagamento de despesas de 2024. Em resumo, enquanto a receita entra todos os meses, a despesa anda um pouco desfasada. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, o qual manifestou um voto de solidariedade, por ser dia 1 de maio, aos trabalhadores que se encontravam a trabalhar possibilitando a realização da sessão. Apresentou ainda um agradecimento especial a todos os trabalhadores do município, que prepararam este relatório e prestação de contas, mas também todos aqueles que fizeram com que as contas existissem. São cerca de 521 trabalhadores que contribuíram, no âmbito do serviço público, para dar resposta às necessidades das populações. O eleito lembrou que, por mais de 12 anos, o atual Presidente da Câmara, referiu sempre nas sessões da Assembleia Municipal, aquando da votação do mapa de pessoal, que era inconcebível que a Câmara Municipal fosse o maior empregador do concelho. Frisou que neste momento, existe uma necessidade de serviço público, que, por força da transferência de competências, teve de receber trabalhadores, quer no âmbito da educação, quer no âmbito da saúde. É importante por isso perceber que os trabalhadores são essenciais para dar resposta aos serviços públicos. Ainda no uso da palavra, disse que, de acordo com as informações prestadas, os reportes estão feitos à data de 2024, perguntando se os valores retidos já foram disponibilizados para o orçamento municipal uma vez que isso inflaciona, a capacidade financeira e a introdução do saldo de gerência. No âmbito da contabilidade e gestão e a contabilidade de custos, tem

noção da grande dificuldade de imputação, nomeadamente das horas extraordinárias e dos trabalhadores a cada um dos trabalhos efetivamente realizados. Nesse sentido, questionou se têm sido promovidas ações de formação aos trabalhadores nesta área. Realçou que o saldo orçamental aparentemente aumentou quase em 2 milhões de euros, previsivelmente devido a entrada dos reportes, pedindo que o Senhor Presidente esclarecesse esta questão. Tendo verificado que nos mapas ainda existem referências às obras do PEDU, questionou se ainda estão em falta algumas receções provisórias. -----

Em nova intervenção o Senhor Presidente da Câmara disse que as suas afirmações sempre foram contra a estratégia da gestão CDU, relativamente à captação de empresas para o concelho, por forma a que a Câmara Municipal fosse assim o maior empregador. O atual executivo tem desenvolvido todos os esforços para atrair empresas. Mas por outro lado, compreende que nenhuma empresa que se venha a instalar em Montemor-o-Novo consiga ter 600 trabalhadores, até porque não existem. O número de desempregados, embora tenha subido nos últimos meses, ronda os 270 desempregados em todo o concelho. Há muita falta de mão de obra no concelho. Referiu que, sinceramente, gostaria que a Câmara Municipal não fosse o maior empregador do concelho. Infelizmente, tornou-se maior ainda com a transferência de competências e com a transferência de funcionários para os quadros de pessoal. Informou ainda que os valores retidos já foram disponibilizados, cerca de 3 milhões de euros, em março de 2025, mas que não têm influência alguma no saldo da conta de gerência. No âmbito da contabilidade de gestão e concordando com as afirmações do Senhor Presidente da União de Freguesias, afirmou que tanto as horas extras, como as horas normais de trabalho são muito difíceis de alocar, e que apenas com a modernização administrativa e com sistemas informáticos se conseguirá resolver este problema. Salientou que tem existido formação e sensibilização e notam-se algumas melhorias. Ainda no uso da palavra, clarificou que o aumento do saldo orçamental de 2 milhões de euros, deve-se essencialmente ao valor do PRR do Convento da Saudação, de 1.475 mil euros. Esclareceu também que o saldo da conta de gerência é grande, porque têm existido muitos concursos desertos, lamentavelmente. -----

Explicou que as referências às obras do PEDU se devem ao facto de haver irregularidades nos trabalhos complementares, que o executivo se recusou a pagar. Os trabalhos complementares não estavam devidamente formalizados, havendo um conflito, nomeadamente na Rua Teófilo Braga, com a empresa construtora, e por essa razão não foram pagos. O assunto avançou para tribunal e se a Câmara for condenada, o município irá liquidar estes trabalhos complementares. -----

Ainda neste ponto pediu a palavra o eleito Luis Machado solicitando esclarecimentos se relativamente ao déficit apresentado, no âmbito da transferência de competências, está refletido o custo com o pessoal recebido, no âmbito da educação e da saúde. Perguntou também se o município já solicitou ao Governo as compensações financeiras adequadas pelas novas competências no seguimento dos déficits apresentados. Na sua opinião, importa ter em consideração que o município em 2021 tinha 98 trabalhadores, que vieram da transferência de competências e, entretanto, foram contratadas cerca de 49 pessoas, assim sendo, em 2021, o município tinha 374

CFM

colaboradores, passando a ter 521 colaboradores em 2024. Existiu, por isso, claramente um grande crescimento a nível de responsabilidades da Câmara Municipal. Também os gastos com o pessoal, em 2021, passaram de 7.214.000€ para 11.695.000€, sendo uma despesa que vai continuar a subir, pelo que a estratégia que neste momento o município está a colocar em prática vai ter obrigatoriamente um aumento brutal a nível de custos, na ordem de 50% a 60%, em 4 anos. Continuando a sua intervenção, disse que tal como já tinha alertado na última Assembleia Municipal, de acordo com os resultados financeiros apresentados na documentação, na sua opinião este não é o caminho, correndo o município o risco de incorrer em responsabilidades mais complexas. -----

Manifestou também um agradecimento aos trabalhadores do município pelo trabalho realizado. Na sua opinião, o executivo tem mudado, muito rapidamente, as suas prioridades ao longo destes últimos 4 anos, tal como a despesa e por essa razão os tempos são desafiantes. -----

Para resposta às questões colocadas pelo eleito do CDS/PP, o Senhor Presidente da Câmara concordando que o custo com o pessoal tem efetivamente muito peso, porque para além dos 14 meses de vencimentos, acrescem os descontos inerentes. -----

A solicitação da compensação ao Governo é feita no âmbito do reporte à DAGL. Ao fazer esse reporte a DGAL consegue identificar que há déficits que devem ser compensados ou superávits que têm que ser devolvidos. Por parte do Município, esses dados foram comunicados, em março de 2025, aguardando, à semelhança dos 308 municípios, a decisão do Governo sobre estes déficits e superávits. O executivo considera que está no caminho certo, a trabalhar bem, com mais colaboradores, a reforçar alguns serviços que estavam completamente descapitalizados de recursos humanos, mais próximo da população, a trabalhar com mais humanismo, mais proximidade e mais respeito pelo cidadão. -----

Quanto às prioridades, lembrou que a intervenção do Cineteatro não pode avançar devido à questão de o projeto não cumprir a lei e haver necessidade de um estudo de vulnerabilidade sísmica. Destacou ainda o facto de muitos concursos ficarem desertos. Disse que são tempos difíceis e que por vezes o executivo tem de ajustar o caminho. Sublinhou que se trata de enorme desafio gerir um orçamento que é dos maiores da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, desde sempre. Afirmou que em 2017 a Câmara tinha um orçamento de 17 milhões de receita e em 2024, de 31 milhões de receita, por isso é natural que o número de trabalhadores também tenha que ser superior, as responsabilidades são superiores, assim como as competências têm de ser superiores, para estarem à altura destes desafios. -----

Pediu para intervir novamente o eleito Luis Machado referindo que espera que o executivo esteja à altura dos desafios, porque foi ele que traçou este caminho, reforçando que o resultado líquido deste resultado financeiro, são 2.500.000 euros negativos. Lembrou que o Cineteatro Curvo Semedo era considerado prioridade e que existia também um outro espaço pensado. Neste momento encontra-se indisponível, não existindo qualquer outra opção. Tomou de novo a palavra, o Senhor Presidente da Câmara para dar conhecimento que o ano passado o resultado antes das depreciações foi negativo em 151 000 euros e este ano, antes das depreciações e gastos de financiamento, foi positivo em 184.452 euros. São as depreciações do

património municipal que fazem com que este resultado seja negativo. Em termos de tesouraria, a Câmara Municipal terminou o ano com um saldo de caixa e depósitos bancários de 5.641.858,39 euros, ainda que 1.475.000 euros seja PRR. Para além disso, a Câmara Municipal tem uma capacidade de endividamento de mais de 13 milhões de euros. A situação financeira é boa, tranquila e muito mais estável do que muitas câmaras do distrito de Évora e do país inteiro. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com doze votos a favor (onze eleitos pelo PS e um eleito pelo CDS-PP); doze votos contra dos eleitos pela CDU e quatro abstenções (dois eleitos pelo PSD e dois eleitos pelo CDS-PP). A Senhora Presidente da Assembleia Municipal行使了 Voto de Qualidade. -----

Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, apresentou uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Considerando que: -----

a) A prestação de Contas da Atividade da Câmara Municipal referente ao ano de 2024 (o terceiro ano completo do mandato da gestão PS/PSD-CDS) é a confirmação de uma mera gestão corrente, desorganizada, sem estratégia política (pois os programas eleitorais do PS e do PSD-CDS não são compatíveis, são até contraditórios em muitos pontos), que continua a aumentar consideravelmente a despesa corrente (despesas com pessoal e sobretudo com prestação de serviços) não se traduzindo em melhorias na resposta de serviço público à população, significando inclusivamente um retrocesso;
b) Os documentos apresentados põem em evidência que a estratégia de melhor é possível, mas que afinal também era juntos para fazer diferente, se traduzem num mandato de estagnação do concelho de Montemor-o-Novo, com a incapacidade de concluir obras em curso, atrasos consideráveis em obras que no final de 2021 estavam prontas a lançar e a não concretização de intervenções estratégicas para afirmar Montemor-o-Novo como uma cidade e concelho de Cultura e Património, como o é caso da Recuperação do Convento da Saudação e do Cine Teatro Curvo Semedo. -----

Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal votam contra a proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 30 de abril 2025” -----

Também o eleito Joel Pedreirinho apresentou uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Em sede de finanças públicas, a avaliação da gestão orçamental do município não se faz apenas pela diferença entre receitas e despesas no ano, avalia-se pela sua sustentabilidade ao longo do tempo, pela coerência entre os compromissos assumidos e os recursos disponíveis e pelo cumprimento dos princípios da responsabilidade financeira. À luz desses critérios, os resultados financeiros do município de Montemor-o-Novo nos últimos anos devem merecer a nossa reflexão. O resultado líquido foi positivo em 2021, em cerca de 190 mil euros, negativo em 2022, com menos 690 mil euros, voltou a agravar-se em 2023, atingindo 3,2 milhões de euros negativos, e manteve-se negativo em 2024, embora com uma ligeira melhoria para 2,55 milhões de euros. Esta

Camilo

trajetória indica um desequilíbrio estrutural e em finanças públicas, isto significa que estamos a consumir recursos futuros, ou seja, o município está a financiar as despesas de hoje com o esforço das gerações seguintes. A liquidez imediata, embora tenha melhorado para 0,66%, em 2024, continua abaixo do necessário para cobrir compromissos de curto prazo. A liquidez geral de 1,04% é tecnicamente equilibrada, mas oferece pouca margem de segurança. Também a autonomia financeira, que mede a capacidade de autofinanciamento, caiu nos quatro anos consecutivos. Isto significa que dependemos cada vez mais de transferências externas e por isso perdemos margem de manobra política e orçamental. É verdade que operamos dentro do limite legal do endividamento, 29,95 milhões de euros, conforme a lei de 73 de 2013, mas a tendência crescente do endividamento, 29,95 milhões de euros, conforme a lei 73 de 2013, mas a tendência crescente deste endividamento é um sinal preocupante e claro de que a sustentabilidade orçamental está em risco. E tudo isto agravado também, como já comentado, pela transferência de competências do Estado para o Município; 1,94 milhões de euros em encargos com educação, 519 mil euros com saúde. Estas despesas são permanentes, sem financiamento suficiente, que impactam negativamente nas contas municipais e por isso, e neste sentido, não nos revemos nestes resultados. À luz destes critérios, os resultados financeiros preocupam-nos e por isso o nosso sentido de voto é a abstenção.” -----

2º. Ponto - 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2025-2029 -----

O eleito Jaime Oliveira retirou-se da sala durante a discussão deste ponto, por impedimento legal. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara frisando que a proposta que se apresenta é justificada pelo reforço na despesa, mas que não tem impacto no seu valor global. Esclareceu que se apresenta um reforço dos planos plurianuais de investimento, nomeadamente no espaço de co-working, que será reforçado em 190 mil euros no ano de 2026, sendo 130 mil euros para o edifício e 60 mil euros para equipamento. Destacou ainda o reforço para a renovação do posto de turismo, em 2025, no valor de 11 mil euros. No âmbito da aquisição do veículo tanque para os bombeiros, haverá uma comparticipação, apoiada pelo PT 2030, pelo programa regional 20-30, um reforço de 10 mil euros em 2025 e para a aquisição de material diverso para os serviços, um reforço de 13. 500 euros. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com doze votos a favor (onze eleitos pelo PS e um eleito pelo CDS-PP); onze votos contra dos eleitos pela CDU e quatro abstenções (dois eleitos pelo PSD e dois eleitos pelo CDS-PP). Esteve ausente da sala, por impedimento legal, o eleito Jaime Oliveira durante a discussão e votação deste ponto. -----

3º. Ponto – Proposta de Revisão do Mapa de Pessoal para o ano de 2025 -----

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente esclareceu que a presente revisão do mapa de pessoal resulta sobretudo da alteração do rácio de assistentes técnicos, no âmbito de educação, autorizada pelo Ministério de Educação. Assim sendo, no âmbito,

na carreira de assistente técnico, propõe-se a criação de um posto de trabalho de assistente administrativo para acompanhamento de crianças com necessidades educativas sociais. E na carreira de assistente operacional, propõe-se a extinção de dois postos de trabalho de cantoneiros de limpeza e a criação de dois postos de trabalho para condutores motoristas e tratoristas na Divisão de Serviços Urbanos. ----- Não havendo pedidos de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com doze votos a favor (onze eleitos pelo PS e um eleito pelo CDS-PP); doze votos contra dos eleitos pela CDU e quatro abstenções (dois eleitos pelo PSD e dois eleitos pelo CDS-PP). A Senhora Presidente da Assembleia Municipal exerceu o Voto de Qualidade. -----

4º Ponto – Designação pela Assembleia Municipal de quatro cidadãos eleitores para integração na Comissão Alargada da CPCJ -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos para apresentar o ponto. No uso da palavra a Senhora Vereadora Silvia Santos agradeceu à Senhora Presidente da Assembleia por ter aceitado o convite, no sentido de cada bancada, presente nesta Assembleia, fazer a apresentação de um nome para integrar a Comissão Alargada da CPCJ. Agradeceu igualmente a todas as bancadas, as quais ela própria contactou no sentido de lhes explicar aquilo que estava a acontecer, quais eram os procedimentos e quais eram as diligências que o município estava a definir para a instalação da CPCJ e ainda dar conhecimento do documento que seria enviado, para que nesta sessão possam ser votados os quatro cidadãos eleitores designados. Informou que o processo teve início com a apresentação da intenção de instalar a CPCJ, em reunião do CLAS e enviada para reunião de Câmara Municipal, sendo aprovada por unanimidade. Após esta aprovação, a intenção foi reencaminhada para a Comissão Nacional, a qual informou, em dezembro, que existia verba em orçamento de Estado para a instalação da CPCJ de Montemor-o-Novo. Assim sendo, foram de imediato iniciadas as diligências para a identificação de todos os elementos. Continuando a sua intervenção a Senhora Vereadora Silvia Santos esclareceu que a comissão largada da CPCJ, é formada por cerca de 15 ou 16 pessoas. Estas 15 pessoas são um elemento da Câmara Municipal, um elemento da Educação, um elemento da Saúde, um elemento da Segurança Social, um elemento da GNR, outro elemento do Instituto de Emprego e Formação Profissional, cinco elementos de associações, nomeadamente IPSS de carácter não residencial, IPSS em regime residencial, associações de pais, associações desportivas, culturais e recreativas e um elemento de associações de jovens. Integram também a referida comissão 4 cidadãos eleitores que serão apresentados para que sejam devidamente designados. Quanto ao 16º elemento poderá ser designado, no caso da Comissão Nacional, verificar que dentro daqueles elementos já identificados não existem todas as áreas que supostamente deveriam existir. Depois desta comissão alargada estar definida, de estarem identificados todos estes elementos, cria-se uma comissão restrita, a qual é composta, obrigatoriamente, e definida por lei, pelo representante da Câmara Municipal, o representante da Educação, o representante da Segurança Social e o representante da Saúde. Quer as CPCJs, quer esta comissão restrita são formadas normalmente por cinco elementos,

sempre em número ímpar por causa das decisões, podem ser sete, podem ser nove, o ideal será sempre cinco e também tem a ver um bocadinho com o número de processo, o número de crianças que nós temos. Portanto, estes quatro elementos fazem parte obrigatória da Comissão Restrita, o quinto elemento pode ser, eventualmente, o representante das IPSS, IPSS de carácter não residencial e carácter residencial, desses dois escolhe-se um, ou, eventualmente, o Presidente da Comissão. O Presidente da Comissão é eleito pela Comissão alargada e normalmente também este Presidente é um destas quatro entidades, ou seja, Educação, Câmara, Segurança Social e Saúde. A razão tem a ver com o facto de que o Presidente tenha disponibilidade para acompanhar e para estar presente. Estas quatro entidades são as únicas que, de alguma forma, têm horas afetas a esta Comissão e que são pagas pela sua entidade patronal. Logo que todo o processo tenha definido todos estes elementos, deverá ser remetido para a Comissão Nacional um mapa que informa sobre quais são os elementos da Comissão, decorrendo depois uma reunião preparatória de instalação. Nesta reunião estarão presentes todos os elementos, da mesma, será prestada também informação relativamente à formação que irão ter posteriormente e depois disto será feita a sessão de instalação. Trata-se de um momento formal em que se convidam entidades representativas da nossa comunidade para estarem presentes, para nos apresentar a comissão e a comissão alargada. Será feita posteriormente pela equipa técnica operativa da Comissão Nacional a própria portaria da instalação. Quando esta portaria da instalação estiver elaborada, é submetida à aprovação do Ministro da Justiça e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social e posteriormente publicada em Diário da República. Apenas com esta publicação se poderá dizer que a comissão está instalada. Decorrem depois reuniões ordinárias para a eleição do Presidente e restantes elementos, exceto dos 4 elementos, da comissão restrita. Continuando no uso da palavra, explicou ainda que a Comissão Alargada tem várias competências, mas a competência maior é promover ações que de alguma forma limitem todas as situações de perigo que estas crianças e jovens podem estar sujeitas. Irá trabalhar muito com a rede social, nomeadamente com o CLAS, porque também vão apresentar estratégias que serão desenvolvidas e que estarão esplanadas no plano de desenvolvimento social e no plano de ação. Será um trabalho de prevenção, um trabalho de promoção, um trabalho de sensibilização, sobretudo desta comissão alargada. A comissão restrita, irá trabalhar os processos e os casos concretos. A CPCJ não é um serviço da Câmara Municipal, mostrando a sua satisfação que este processo esteja a seguir o seu caminho, considerando muito importante a sua criação para que finalmente também as crianças e jovens de Montemor-o-Novo possam ter os mesmos direitos que as crianças e jovens de outros concelhos do país, porque de facto neste momento só o concelho de Montemor-o-Novo é que não tem CPCJ. Referiu ainda ter conhecimento que o concelho de Arraiolos também já começou a diligenciar no sentido de instalar a CPCJ, o que significa que o país vai estar coberto com este tipo de rede, que é uma rede intermédia, uma vez que surge uma primeira linha com a saúde, com a educação, que trabalha com as crianças e jovens em situações de risco, depois uma CPCJ e por fim os tribunais que trabalham com crianças e jovens em perigo, porque a situação é diferente e o risco também. -----

Assim

De seguida informou sobre a designação dos quatro cidadãos eleitores para integrar a comissão alargada da CPCJ: o nome apresentado pela bancada do CDS/PP foi Marta da Conceição Soares da Silva Cruz, nascida a 23 de outubro de 63, é natural de Lisboa, viúva, mãe de três filhos, doutorada em Gestão e com percurso profissional de 37 anos como professora na Universidade de Évora. A experiência académica é marcada por um envolvimento contínuo em atividades de ensino, investigação e gestão universitária. No ensino, para além da lecionação de diversas unidades curriculares, acordos de licenciatura, mestrado e doutoramento, também conta com a orientação de um número considerável de estudantes de doutoramento, mestrados, estágios e trabalhos de fim de curso, bem como produção científica ao nível da publicação de livros, capítulos de livros e artigos, refletindo contributivo na área do marketing. No que diz respeito à gestão universitária, desempenhou cargos de pró-reitor em dois mandatos, vice-presidente do Conselho Científico-Geral da Universidade, presidente do Conselho do Departamento de Gestão da Escola de Ciências Sociais, entre outras funções. Para além do contexto académico, possui um envolvimento cívico e de liderança com a participação ativa no Corpo Nacional de Escutas, incluindo cargos a nível nacional, regional e local, e de formação de adultos há mais de 20 anos. Neste contexto, contribui para a educação de crianças e jovens de acordo com o projeto pedagógico do GNE. Entre 1996 e 2006 foi representante dos pais, das turmas de seus filhos, fez parte da equipa que criou a Associação de Pais Saber Crescer e que montou o primeiro recurso de ATL na escola número 1. No período de transição da cantina escolar Pauter que integrou a equipa que geriu a cantina escolar durante esse ano coletivo. Relativamente à cidadã proposta pela bancada do PSD, foi Maria Inês da Silva Salgueiro Alves Gomes, Jurista licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, mediadora familiar, formada pelo Instituto Português de Medição Familiar. Frequentou o mestrado em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa, com a componente curricular concluída, restando apenas a dissertação. É também formada em coaching parental de adolescentes pelo Instituto de Crescimento e Crescimento Infanto-Juvenil, sediado no Rio de Janeiro. Atualmente exerce funções como coach de autoconhecimento, prevê em dezembro retomar da sua atividade como mediadora familiar e coach parentals. Relativamente à cidadã proposta pela bancada do PS, o seu nome é Delfina Dias, é licenciada em Artes Plásticas na área da pintura pela Faculdade de Belas Artes do Porto, tem especialização em Educação Especial no Domínio Cognitivo e Motores pelo Politécnico de Santarém, tem pós-graduação em Perturbação do espectro do autismo pelo Instituto Politécnico de Leiria. Foi professora de Artes Visuais, foi professora e diretora de turma de percurso integrados de educação e formação, foi professora de educação especial a partir do ano 2014, professora de educação especial a partir do ano, também a partir do ano letivo 2015-2016. Atualmente faz educação inclusiva, é coordenadora da equipa, é na realidade coordenadora da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, é professora de educação especial e é adjunta do diretor do agrupamento de escolas de Montemor-Novo com várias competências associadas a este cargo. O cidadão proposto pela bancada da CDU é António Joaquim da Silva Danado, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito. É o que aqui está. Olha, é o que aqui está, convém que

corrijam. Depois tens de pedir que corrijam isto. Exército de Advocacia desde outubro de 2001 realizou diversas formações e graduações profissionais na área do direito público, direito das autarquias locais, nas várias dimensões, na área da mediação familiar e na área de proteção contra a violência a mulheres e crianças. Entre 2005 e 2009 foi vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Montemor-Novo. Entre 2009 e 2013 foi presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila. Integra desde 2009 o Conselho Municipal de Segurança de Montemor-Novo, a Comissão Municipal de Proteção Civil e a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Desde 2010, integra o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias da ANAFRE, representa esta entidade na Comissão Executiva do Fórum Nacional do Álcool e da Saúde, entre outras entidades de âmbito nacional e regional. Entre 2013 e 2021, integrou o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Montemor-Novo. Desde 2013 até a apresentada é presidente da União de Freguesias Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras e desde novembro de 2021 é membro do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Saúde, por eleição dos membros da Assembleia Municipal de Montemor-Novo, que integra enquanto Presidente Junta. Após a apresentação dos elementos a Senhora Presidente da Assembleia informou que ia proceder a votação. -----

Deliberação: Foi apresentada uma proposta de quatro cidadãos eleitores designados por cada uma das forças políticas com representação no órgão: Delfina Dias, pelo Partido Socialista; Maria Inês da Silva Salgueira Alves Gomes, pelo Partido Social Democrata; Marta da Conceição Soares da Silva Cruz pelo CDS-PP e António Joaquim da Silva Danado pela CDU. Decorrida a votação, por voto secreto, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto – Relatório de Ponderação e Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura e Arte -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu que durante o período de consulta pública do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura e Arte, foram rececionados alguns contributos, concretamente: sete contributos do Partido Volt; um contributo do Serviço de Cultura e Arte e um contributo da Unidade de Património Cultural. De acordo com o relatório de ponderação é proposto a inclusão de oito contributos. Não foi aceite a proposta do Partido de Voto para alteração à composição do Conselho Municipal de Cultura e Arte. Terminou a sua intervenção dizendo que cabe à Assembleia Municipal a apreciação do relatório de ponderação e do projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura e Arte. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos a votação. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com dezasseis votos a favor (onze eleitos pelo PS; dois eleitos pelo PSD e três eleitos pelo CDS-PP) e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

6º. Ponto – Pedido de autorização de Concessão da Exploração das Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Telecomunicações, inseridas no domínio público e privado municipal, no concelho de Montemor-o-Novo -----

Quero

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal evidenciou que de acordo com o Decreto-Lei nº 123 de 2009, 21 de maio, os municípios são responsáveis pela administração das infraestruturas e telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios. Assim e porque as infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações estão integradas no domínio público municipal, porque o levantamento destas infraestruturas é obrigatório por lei, assim como a publicação no sistema de informação de infraestruturas é obrigatório por lei, assim como a publicação no Sistema de Informação de Infraestruturas aptas, porque é obrigatória a manutenção deste cadastro atualizado. Dado que o município não tem recursos técnicos especializados para realizar estas tarefas, porque este processo visa assegurar a rentabilização de gestão destas infraestruturas, uma vez que a concessão não acarreta quaisquer encargos para o município, porque a concessão deverá ter a forma de contrato administrativo, compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão, porque o município não tem cadastro de redes existentes e por esse motivo não está a fazer o devido acompanhamento. Finalizou afirmando que se propõe à Assembleia Municipal aceitar este pedido de autorização para a construção de exploração de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, inseridas no âmbito público e privado municipal no concelho de Montemor-o-Novo. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com dezasseis votos a favor (onze eleitos pelo PS; dois eleitos pelo PSD e três eleitos pelo CDS-PP) e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

7º. Ponto – 6º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática do Castelo e Arrabalde -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara destacando que se apresenta a apreciação da Assembleia Municipal o relatório anual de monitorização da ORU do Castelo e Arrabalde, respeitante ao período compreendido entre junho de 2023 e maio de 2024. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. -----

8º. Ponto – 6º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática de São Pedro -----

Interveio de novo o Senhor Presidente da Câmara frisando que, neste ponto, apresenta-se o relatório anual de monitorização da ORU de S. Pedro, respeitante ao período compreendido entre junho de 2023 e maio de 2024 -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

QAMU

9º. Ponto – 6º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Avenida e Antigo Campo da Feira -----

Foi ainda colocado à apreciação o relatório anual de monitorização da ORU da Avenida e Antigo Campo da Feira, também relativo ao mesmo período de junho de 2023 a maio de 2024. -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

10º. Ponto – Proposta de reforço de cabimento para pagamento de refeições escolares/Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – AL 2024-25 (1º. Período) --

Interveio o Senhor Presidente da Câmara salientando que a proposta que se apresenta é respeitante a um reforço de cabimento para pagamento de refeições escolares à Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

11º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Ciburro – Voucher de Apoio à família -----

Sobre esta proposta de Protocolo o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que é respeitante à iniciativa “Voucher de Apoio à Família” que consiste na atribuição de um voucher a cada aluno matriculado na rede escolar do concelho, IPSS e Rede Pública, desde a creche até ao 12º. ano, os quais devem ser utilizados no comércio local. Será ainda atribuído voucher aos alunos residentes no concelho, mas que estudem fora. A proposta em discussão será a estabelecer com a Junta de Freguesia de Ciburro, apresentando o valor de seiscentos e cinquenta euros. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

12º Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Voucher de Apoio à família -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara afirmando que se apresenta, neste ponto, um Protocolo semelhante, no valor de oitocentos e cinquenta euros, a estabelecer com a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre. -----

Por não haver qualquer pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

13º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Cabrela – Voucher de Apoio à família -----

Amade

No uso da palavra o Senhor Presidente sublinhou que esta proposta de Protocolo, no âmbito da mesma iniciativa, no valor de duzentos e cinquenta euros, será estabelecida com a Junta de Freguesia de Cabrela. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar o documento a apreciação, por não haver nenhum pedido de uso da palavra. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

14º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Voucher de Apoio à família -----

Quanto ao Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, o Senhor Presidente da Câmara informou que a proposta apresenta o valor de oitocentos e cinquenta euros. Não havendo nenhum pedido a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

15º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Voucher de Apoio à Família -----

No que respeita a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara salientou que se trata de um Protocolo idêntico, a celebrar com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, com o valor de seiscentos e cinquenta euros. Por não haver nenhum pedido de uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

16º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Voucher de Apoio à família -----

O Senhor Presidente da Câmara afirmou neste ponto, que se apresenta para apreciação dos eleitos da Assembleia Municipal, uma proposta de Protocolo semelhante às anteriores, no valor de cento e cinquenta euros a estabelecer com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão. Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

17º. Ponto – Protocolo Local 2025 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Voucher de Apoio à família -----

Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que a mesma terá o valor de quinze mil e duzentos euros, respeitante à Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

Carne

18º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Reparação de pavimento no passeio do Loteamento de Lavre -----
Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientando que a proposta de Protocolo foi solicitada pela União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre para reparação de pavimento no passeio do Loteamento de Lavre, sendo a comparticipação do município da totalidade do valor da reparação. -----
Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----
Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

19º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Refeições escolares/Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----
No que respeita a esta proposta, o Senhor Presidente salientou que se trata de uma adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras respeitante ao pagamento de refeições escolares, lanches escolares e transportes escolares, respeitantes ao ano de 2025. -----
Por não haver qualquer pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----
Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

20º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----
O Senhor Presidente da Câmara explicou que a proposta apresentada está relacionada com uma Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre para pagamento de lanches escolares e transportes escolares, referentes ao ano de 2025. -----
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para colocar o documento a apreciação, por não haver outros pedidos de uso da palavra. -----
Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

21º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Refeições escolares/Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----
Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara salientou que se trata de uma proposta semelhante às anteriores, a celebrar com a Junta de Freguesia de Cabrela para pagamento de refeições escolares, lanches escolares e transportes escolares, para o ano de 2025. -----
Dado não haver qualquer pedido para intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Adunil

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

22º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Refeições escolares/Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

Quanto a esta proposta de Adenda, o Senhor Presidente explicou que se refere ao pagamento de refeições escolares, lanches escolares e transportes escolares à Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, por não haver qualquer pedido para uso da palavra, colocou de imediato o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

23º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer que se trata de uma Adenda ao Contrato Interadministrativo estabelecido com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para efeitos de pagamento de transportes escolares, respeitantes ao ano de 2025. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

24º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Lanches escolares/Transportes Escolares – Ano de 2025 -----

Sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que se trata de uma Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão para pagamento de lanches escolares e transportes escolares, referentes a 2025. -----

Por não haver qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Estava ausente da sala um eleito da CDU. ----

25º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Aquisição e montagem de cobertura de sombra para o Parque Infantil do Jardim de Infância/Escola Primária de Cabrela -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se apresenta a apreciação uma proposta de Contrato Interadministrativo com Junta de Freguesia de Cabrela com o objetivo de adquirir e montar uma cobertura de sombra para o Parque Infantil de Infância do Jardim de Infância e Escola Primária de Cabrela. -----

Por não haver qualquer pedido de esclarecimentos a Senhora Presidente da Assembleia colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

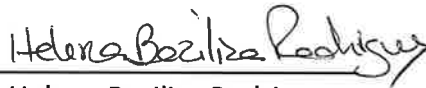
26º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----
Neste ponto o Senhor Presidente mostrou-se disponível para outros esclarecimentos
que os eleitos julguem necessários. -----
Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à
leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da
lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual
redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público,
não tendo havido qualquer intervenção. -----
Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente
da Assembleia Municipal, era uma hora e trinta e três minutos do dia um de maio de
dois mil e vinte e cinco. -----
E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o
efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues